


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 192 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 2000 - R\$ 1,00



**• inimigo é o governo: Juntemos
todas as nossas forças contra ele!
Nada de negociações em separado!**

**Fora com o divisionismo
das direções burocráticas!**

**Por uma grande assembleia
unitária do funcionalismo!**

**Unificar as pautas, eleger um
comando unitário de greve**

e organizar as manifestações

e bloqueios de ruas e

as ocupações de prédios públicos!

Voltar à Paulista e ocupá-la!



Abaixo a repressão fascista sobre os sem-terra!

Tribunais Populares! Todo apoio às ocupações!

Liberdade imediata para os presos políticos!

Pelo atendimento das reivindicações!

Abaixo o governo repressivo de FHC!

Pela aliança operário-camponesa!



Quinzena de luta do movimento operário

A GREVE DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO GANHA FORÇA E RADICALIDADE

A greve dos professores da rede estadual de ensino iniciada no dia 2/5 continua ganhando força e radicalidade. No último dia 12/5, em assembléia, os professores bloquearam as duas pistas da Avenida Paulista, principal centro financeiro do país e seguiram rumo à Secretaria da Educação, onde decidiram manter um acampamento até que suas reivindicações sejam atendidas. No dia 18/5, os professores realizaram mais uma assembléia, que contou com a presença de aproximadamente 50 mil manifestantes. Juntamente com os professores, outras categorias também em greve (professores das universidades federais, funcionários da saúde, trabalhadores da justiça federal), além dos trabalhadores dos correios, Sabesp, Cetesb, metroviários e motoristas e cobradores de ônibus e estudantes fizeram uma manifestação conjunta. Os professores exigem reposição salarial de 54,7%. A vitória da greve tem importância fundamental na medida em que se choca contra o plano neoliberal e antipopular do governo Covas/FHC/FMI, que tem destruído a escola, a saúde e a previdência públicas e arrochado salários, jogando os operários e as camadas exploradas na mais profunda miséria, para encher os cofres dos agiotas capitalistas nacionais e internacionais.

TROPA DE CHOQUE DE COVAS REPRIME MANIFESTAÇÃO EM SÃO PAULO

No último dia 18/5 o governador Covas, seguindo a linha fascista de FHC, que tem desfechado uma brutal repressão aos trabalhadores do país no último período, principalmente contra o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), ordenou à tropa de choque que reprimitesse exemplarmente manifestantes de várias categorias, principalmente professores da rede estadual de ensino



que estão em greve desde o dia 02/5 e que realizavam mais uma assembléia para deliberar sobre os rumos do movimento. No ato estavam presentes outras categorias, que decidiram fazer uma manifestação conjunta. Fortemente armados, com cães e cavalos os pelotões de choque da polícia partiram para cima dos manifestantes, atirando balas de borracha, jogando bombas e batendo covardemente nos manifestantes, deixando dezenas de trabalhadores feridos e prendendo outros tantos.

A RESISTÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES

Diante da tropa de choque, ou seja, da violência reacionária do governo, os manifestantes organizaram espontaneamente a resistência, e responderam ao ataque se utilizando de tudo que encontravam pela frente, como pedras, paus, cocos, numa batalha onde os trabalhadores apontaram que o caminho para a vitória do movimento passa pelo enfrentamento direto, ou seja, pela utilização dos métodos de luta radicalizados. indicou que é preciso preparar os bloqueios de avenidas e ruas !!! ocupar os prédios públicos!!! organizar a auto-defesa para enfrentar a violência reacionária da burguesia e seu governo fascista!!!

MASSIFICAR A GREVE : ESSE É O CAMINHO PARA A VITÓRIA

O governo aposta no desgaste e esvaziamento da greve. Além da repressão desfechada contra os manifestantes, Covas conta com a inércia da burocracia sindical, que se recusa a usar o aparelho do sindicato para organizar e fortalecer o movimento. Prefere buscar uma solução pacífica, negociada nos bastidores, via parlamento. Entretanto, os trabalhadores não estão agüentando mais tanta enrolação e o movimento tem fugido ao controle da direção, passando por cima de sua política passifista e conciliadora. Entendemos que para alcançar a vitória e quebrar a intransigência do governo, é preciso a organização e utilização dos métodos de radicalização, combinada com um trabalho de crescimento da greve. É preciso que o movimento assuma a tarefa de intensificar os piquetes nas escolas que ainda estão trabalhando, fazendo um bom trabalho de agitação. A vitória da greve também passa pela unidade com os demais setores do funcionalismo público no sentido de organizar e aprovar uma greve unitária, com comandos de base unitários eleitos em assembléia e que trabalhe para potencializar a luta de massa para por abaixo o plano de fome e miséria de Covas/FHC/FMI.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Lei de Segurança Nacional contra o MST

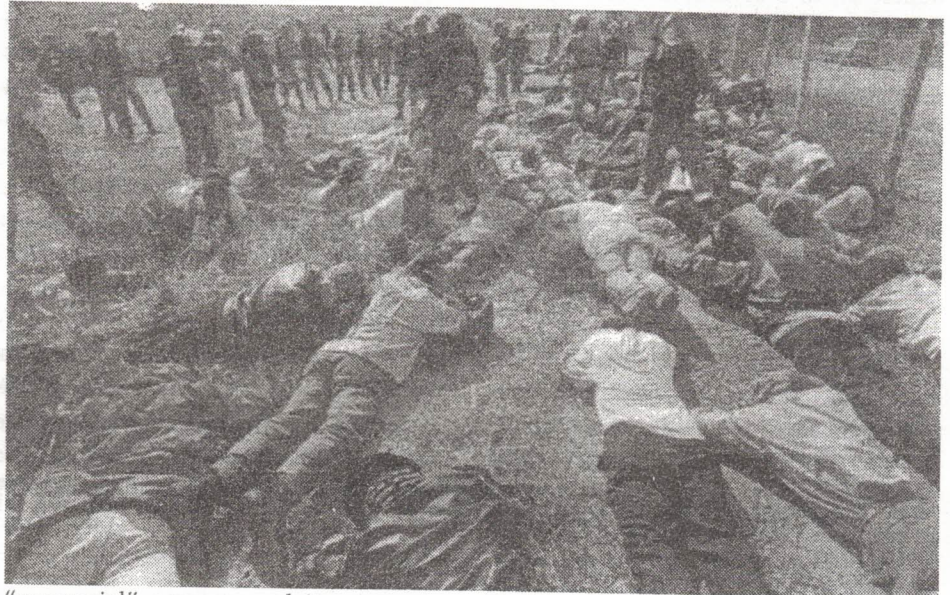
Os denominados entulhos autoritários - leis criadas pela ditadura militar - estão de volta sob o governo FHC. Trata-se da aplicação da Lei de Segurança Nacional a militantes do MST. O primeiro caso ocorreu no início de maio, quando a polícia federal do Mato Grosso prendeu camponeses que ocuparam prédios públicos. O segundo foi agora, em fins de maio, no Paraná, quando o MST se defendeu contra a desocupação de terra. Os indiciados foram enquadrados no artigo 18 que considera atentado à segurança nacional "tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou Estado".

Essa lei do regime militar foi mantida na "reforma democrática" ("abertura democrática") realizada a partir de 1985, não eliminada pela reforma constitucional de 1988. Como se pode ver pelo artigo 8, trata-se de um mecanismo jurídico de proteção do Estado burguês contra o movimento dos trabalhadores.

A noção de segurança nacional acoberta a essência do fundamento repressivo. Ou seja, trata-se de segurança da classe exploradora (capitalista) contra os explorados que ultrapassem com seus métodos de luta os limites impostos pelo Estado. A "segurança nacional" é a lei que permite aos capitalistas matar de fome operários e camponeses e ao seu governo implantar medidas econômico-financeiras que atentam contra a vida das massas.

Os tais democratas que tanto condenaram a ditadura militar e prometeram um mundo melhor aos oprimidos mantiveram a Lei de Segurança Nacional para usá-la assim que a luta de classe se agravasse. Pelo visto, chegou a hora.

Os hipócritas do governo, como o Ministro da Justiça (representante dos direitos humanos), José Gregori, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, acharam exagero da polícia federal enquadrar militantes do MST nessa lei. Os fatos mostram que os tais democratas ou progressistas (assim eram chamados pelo PCdoB e PT), uma vez no poder, estão ali para assegurar o Poder do Estado contra os explorados, ou seja, impor a ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. Enquanto conseguem ludibriar com a



"paz social", promessas eleitorais, assistencialismo, falsa reforma agrária etc aqueles que sofrem com a fome e desemprego, podem mascarar a ditadura dos capitalistas com a "representação popular", enfim a democracia.

Mas, no momento em que os trabalhadores já não suportam a miséria e saem à luta, usam as ocupações e bloqueios como meio de impor suas reivindicações, os democratas (FHC foi considerado o grande democrata pelas esquerdas reformista e estalinista) mostram sua verdadeira face de classe. Ocupam o Estado para administrar os interesses burgueses e assegurar com as armas a propriedade dos meios de produção. Por esse ângulo, vemos que a Lei de Segurança Nacional não é nenhum entulho da ditadura militar - é uma lei do capital contra a classe operária e camponesa.

O delegado da PF, Joel Mazo, responsável pela repressão ao MST, foi direto: "A lei está aí e é para ser usada". Os Ministros de FHC lamentaram o excesso da PF assim que o delegado Mazo a aplicou, mas logo em seguida a polícia do Paraná fez o mesmo. O que mostra que os lamentos servem de estímulo ao recrudescimento dos policiais e da Justiça contra o MST.

Os reformistas do PT fizeram coro nas lamentações. Tudo uma farsa. Se não houvesse a Lei de Segurança Nacional, a situação não mudaria muito. O Código Penal é suficiente para reprimir os lutadores. Isso dizem os próprios democratas do governo. A burguesia está cercada

de lei para proteger a exploração, a escravização da maioria e a acumulação de capital.

A espinha dorsal do Estado são as Forças Armadas e a Polícia. A utilização da tropa de choque contra os grevistas que ocuparam a Av. Paulista e, no dia seguinte, contra moradores pobres tidos como marginais porque compraram suas casas de um grileiro, não deixa dúvida de que a democracia não passa de um instrumento de dominação capitalista.

Somente a "esquerda reformista", estalinista e burocratas sindicais fazem da democracia burguesa um "valor universal", escondendo a ditadura de classe dos exploradores. A defesa da "democratização do Estado" (essa é a promessa do PT) falseia o caráter de classe do Estado e, portanto, da própria democracia. As massas empobrecidas e a situação de crise estrutural do capitalismo reúnem as condições para o confronto dos oprimidos contra os exploradores. A ampliação da luta de classe - no campo o MST e nas cidades as greves com ocupações, bloqueios - obriga qualquer que seja o governo burguês a pôr a tropa de choque nas ruas e a aplicar o código penal contra a vanguarda.

É necessário tirar as lições dos acontecimentos para construir o programa da revolução proletária e o Partido Operário Revolucionário. A essência desse programa já está fundamentada pelo marxismo-leninismo-trotskismo: a democracia burguesa, por mais ampla que seja, nunca deixará de ser a expressão

política da ditadura de classe da burguesia. O que quer dizer que não se trata de democratizar o Estado, mas sim de destruí-lo, através da revolução social. De resto, é preciso admitir que historicamente não é possível uma ampla e sólida democracia burguesa nos países capitalistas atrasados (semicoloniais). Para tanto, é imprescindível superar o atraso econômico e reduzir drasticamente a miséria.

A tendência do capitalismo no Brasil semicolonial caminha ao contrário dessa condição. Os camponeses são expulsos de seus pedaços de terra, já não podem ser transformados em operários; a classe

operária sofre um devastador desemprego; e a classe média urbana vem perdendo vantagens do passado, suas novas gerações serão arruinadas. A burguesia e suas mais diversas expressões políticas, entre elas o reformismo petista e a Igreja, têm catequizado os trabalhadores no pacifismo.

Com o agravamento da crise social, mudam as condições da luta de classe. Os embates serão cada vez mais abertos. Os governos e a própria burguesia (os latifundiários estão armados em milícias) vão usar a violência reacionária contra os movimentos cada vez com mais frequência. O confronto mostrará aos tra-

balhadores o verdadeiro fundamento da democracia. O problema passa a se concentrar na necessidade de construir o partido revolucionário para a classe operária se libertar da política burguesa.

A vanguarda que combate a miséria e enfrenta os ataques repressivos do governo tem o dever de rechaçar as teses do reformismo e abraçar firmemente a tarefa de construção do partido marxista-leninista-trotskista. Esse instrumento permitirá as massas suportar a guerra da burguesia contra a emancipação dos camponeses e de todos oprimidos pela revolução proletária.

O que o governo espera com a repressão ao MST

Depois das prisões, processos e até assassinato de um sem-terra, resultantes da jornada de luta do MST, o governo, pressionado pela burguesia, lançou uma nova ofensiva. Acusa o movimento dos sem-terra de utilização fraudulenta do dinheiro público destinado ao financiamento dos assentados. Está montando investigações para incriminar dirigentes do MST.

Há muito é conhecido o fato do MST receber dinheiro de instituições do exterior e utilizar parte do dinheiro destinado aos assentamentos para sustentar os acampamentos e suas atividades de ocupação. Para isso, também contribuem inúmeros sindicatos. Se não fosse assim, não seria possível manter estruturado um amplo movimento nacional dos camponeses expulsos de suas glebas. Mas com o recrudescimento das ações políticas do MST a burguesia tem exigido de FHC que endureça a repressão.

Se o MST tivesse colaborando com os exploradores, teria muito mais dinheiro, vindo legalmente ou por debaixo do pano. Estão aí os exemplos do dinheiro do FAT usado pela CUT e Força Sindical para ludibriar os trabalhadores com qualificação para emprego. Quando não se trata de usar o dinheiro para greves, ocupações etc, tudo é permitido.

O POR tem uma posição clara sobre a questão do dinheiro. O movimento tem de se autofinanciar. Ou seja, o dinheiro deve vir dos próprios trabalhadores. Quando uma instituição alheia ao movimento dos explorados, seja estatal ou re-

ligiosa, financia as atividades, com certeza impõe condições políticas e estabelece uma relação condicionante, aberta ou disfarçadamente. O MST sofre de restrições, como indica seu programa de solução da terra no interior do capitalismo e pela via do Estado burguês. A radicalidade do método de ocupação não corresponde às posições programáticas. Isso é visível e não podemos ocultar tal contradição. Entretanto, a ofensiva do governo é contra justamente a radicalidade das ocupações.

O objetivo da repressão, que implica sufocar financeiramente os assentamentos e acampamentos, é o de quebrar a disposição de luta dos sem-terra. O governo, nesse sentido, atuará com duas mãos. Com a direita, cortará o fluxo de dinheiro que chega ao MST através da porcentagem retirada (José Rainha admitiu essa prática) dos assentamentos e das cooperativas; com a esquerda oferecerá dinheiro "legal".

Sem dúvida, trata-se de uma hipótese. Lembremos que FHC aprovou um orçamento para o Ministério Agrário que favorecerá os colaboradores da Contag, com o apoio do Vicentinho da CUT, para isolar o MST. Os sem-terra ficaram de fora porque estavam ultrapassando os limites impostos pela democracia burguesa, com as ocupações de prédios públicos. O governo poderá reverter essa decisão, caso o MST se comprometa recuar em suas posições. Já está em trâmite um encontro dos líderes dos sem-terra e representantes da CNBB

com o Ministro Jungmann e outros.

O MST em sua jornada de ocupações exigiam um encontro com representantes da área econômica que pudessem de fato responder por FHC. Não foi atendido. Mas o governo e os reformistas do PT, com a colaboração da Igreja, pressionaram para que os líderes do MST voltassem atrás em seu ultimatum e admisssem os nomes indicados por FHC. Cercado por uma brutal repressão policial, judicial e econômica; isolado politicamente pela CUT/PT, que condenaram as ocupações dos prédios públicos, o MST se vê acuado. Essa situação é favorável para o governo manobrar no sentido de arrefecer conjunturalmente os choques no campo.

Acontece que, nas cidades, o ascenso grevista está despontando com vigor no funcionalismo e poderá chegar ao proletariado. A burguesia teme justamente a conjunção do movimento agrário com o urbano, principalmente se a classe operária romper o cerco colaboracionista da burocracia sindical. Os efeitos da crise capitalista e das reformas neoliberais se fazem sentir no cotidiano da maioria explorada. O descontentamento cresce entre os oprimidos e tende a se voltar contra o governo.

Estrategicamente, a unidade operária e camponesa é temerosa para os capitalistas e para a estabilidade do regime político. Isolar o MST, golpeá-lo repressivamente e rodear sua liderança da política de colaboração formam um conjunto de medidas acionadas pelo go-

verno. A solenidade entre governo e Contag no lançamento do pacote agrário forma parte desse objetivo.

Já tínhamos assinalado o papel divisionista e governista da Contag no seio do movimento agrário. Os últimos acontecimentos o confirmam. A Contag excluiu o MST até mesmo da manifestação comportada, em Brasília, no dia do "Grito da Terra", que precedeu o encontro com FHC. É praticamente certo que foi uma exigência do governo. A Contag depois voltou atrás dizendo que o MST poderia participar, mas sem confundir as reivindicações. Em seguida, FHC declarou que a Contag é o canal de negociação pelo fato de não ser radical e respeitar a democracia.

Finalmente, o governo acenou com abertura de negociação com o MST, sem que este imponha condições. A Igreja comparece como mediadora. Toda essa movimentação mostra o cerco criado em torno do MST para obrigar suas lideranças recuarem e aceitarem as rédeas estatais.



Mesmo que as condições para colaboração sejam difíceis, uma vez que o governo não pode resolver o problema da terra, há perigo de adaptação da liderança ou parte delas. O fato de não empunharem um programa revolucionário aumenta essa possibilidade. A vanguarda deve compreender a transcendência dessa relação do MST com o

Estado e lutar para que o movimento camponês constitua aliança com o proletariado. Somente a aliança operário e camponesa poderá romper o cerco do governo e avançar a luta revolucionária dos explorados. Esta conclusão dos acontecimentos expressam a linha programática que o POR vem desenvolvendo.

Nova repressão sobre o MST

No dia 15 de maio, a polícia militar do Paraná retirou 36 famílias, que ocupavam há 14 anos a fazenda Boa Vista de São Roque, a 400 quilômetros de Curitiba. Na desocupação foram presas 6 sem-terra.

Dois dias após a violência policial, sem-terra manifestaram contra a ação policial na retirada das famílias da Fazenda Boa Vista. Na manifestação foram presas 16, sendo que 9 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Quando não assassina, como ocorreu recentemente com Antônio Tavares, o governo aplica a Lei de Segurança Nacional como forma de conter as manifestações e ocupações realizadas pelos sem-terra.

Devemos responder a ação policial/militar com radicalização do movimento. As manifestações, bloqueios, ocupações de terras e prédios públicos têm sido as armas dos camponeses pobres para enfrentar os latifundiários e seu governo.

Terror de Estado

No Massas 191, denunciemos o terror praticado pelo Estado no episódio do atentado ao Riocentro. Agora temos o caso da Operação Condor, que foi a "articulação entre os serviços de informação dos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) voltada a reprimir ações contrárias aos regimes vigentes" (Folha S/P). O exército e o governo militar brasileiros estiveram envolvidos na caça aos estrangeiros perseguidos em seus países por se oporem às ditaduras.

A Operação Condor - nome dado pela ditadura de Pinochet - foi responsável por seqüestros, torturas e assassinatos. Os milhares de mortos pelas ditaduras do Cone Sul, durante as déca-

das de 70 e 80 são também de responsabilidade do exército brasileiro, que inclui órgãos de segurança, na época o SNI. Por detrás dessa aliança dos terroristas de Estado, encontramos a CIA (órgão de espionagem e segurança dos Estados Unidos que atua no mundo todo).

A discussão no seio dos governos sobre a Operação Condor veio à tona devido aos acontecimentos envolvendo Pinochet e seus assassinatos, mas também devido à necessidade de "limpar" o terror de Estado através de indenizações de família e demagogia legalista de direitos humanos. Não se punirá os assassinos, porque não se trata de uma centena deles, mas da própria estrutura militar do Estado, que serve aos interesses dos

capitalistas.

A reestruturação do SNI, que de fato nunca foi completamente extinto, pela Abin, para reprimir os movimentos revolucionários, é prova de que nada se fará de sério contra o terror de Estado. A legalidade democrática é uma contingência de momento. O terror de Estado fica mais ou menos acobertado. Todo problema reside no fato de que o capitalismo putrefato e o crescente empobrecimento das massas obrigam os Estados a reforçarem o aparato de guerra de classe.

Somente o proletariado organizado pode destruir a máquina repressiva a serviço do capital.

O “método” da Pedagogia do Oprimido

Chegou-nos um texto de denúncia intitulado “Senac trata seus profissionais da educação como lixo irreciclável”. Expõe o fato de uma estagiária que foi arbitrariamente desligada do curso que ministrava no “Programa de Educação de Jovens e Adultos”. Programa esse acessoriado pedagogicamente pelo Instituto Paulo Freire (IPF). Há um trecho do documento que relata o ocorrido.

“Venho relatar objetivamente o motivo pelo qual fui expulsa arbitrariamente desta instituição. No dia 6 de abril de 2000 cheguei para estagiar como de cos-

tume quando me surpreendi com a presença da coordenadora pedagógica dentro da sala, sem avisar a mim e aos alunos mandou que eu e o educador nos retirássemos da sala, pois naquele dia ela iria assumir a sala. Ela se negou a dar qualquer explicação sobre o ocorrido e também se negou a dialogar comigo depois da aula. Aqui já começa a estilhaçar a pureza do método dialógico de Paulo Freire, usado pelo Senac”.

A estagiária não admitiu a repressão sofrida e passou a denunciar o Senac. A primeira atitude foi a de comunicar o

ocorrido ao IPF e ao NTC da PUC-SP, ao qual está ligada. Foi em vão. Depois de algum tempo, o NTC lavou as mãos, mostrando que prevalecem relações comerciais (parceria) e não princípios pedagógicos.

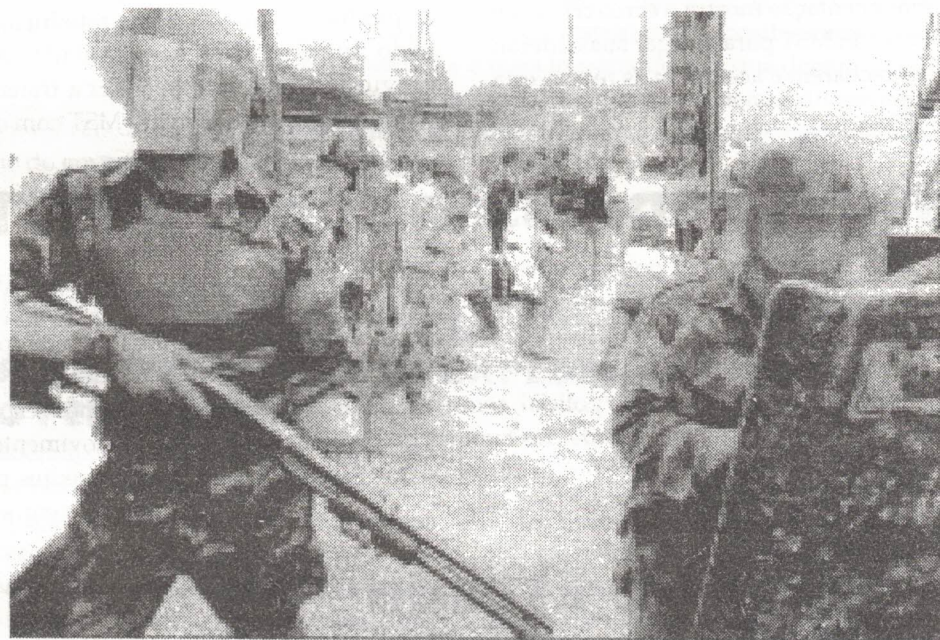
Os alunos da estagiária fizeram greve de uma semana pela volta da professora, atestando sua competência e sua ligação fraternal com os educandos. Mas ocorre que a demissão foi uma medida política. A instituição da burguesia não permite que o professor contrarie a ideologia da classe dominante.

Moradores pobres são despejados de suas casas pela tropa de choque em São Paulo

Cerca de 700 famílias de Guaianazes, periferia de São Paulo, foram desalojadas de suas casas no último dia 18/05, as quais foram demolidas a mando do mesmo advogado que havia vendido grande parte dos lotes há vários anos. Os moradores haviam comprado esses lotes, construíram a duras penas suas casas e mostravam todos os recibos de impostos e taxas pagos regularmente. Com a desapropriação, perderam tudo e ficaram na rua.

A desapropriação foi decidida pela justiça, que ignorou as tentativas de adiamento ou mudança de decisão pela via legal feitas por parlamentares e moradores. A defesa da moradia foi organizada contra a repressão, que teve de enfrentar barricadas de pneus em chamas, bombas caseiras etc. Mas não foi suficiente para impedir a destruição da maioria das casas, a mando direto do advogado grileiro, que dava ordens aos oficiais de justiça, aos policiais e aos tratores. Está aí como a justiça e a repressão estão intimamente ligados e manejados pela burguesia para atender aos seus interesses, ainda que em contradição com as leis que eles mesmos elaboraram, tudo para reprimir os assalariados.

O capitalismo se encontra em uma decomposição tão grande que não pode



mais oferecer nem mesmo o direito à moradia. Pior ainda: os capitalistas têm de buscar na marginalidade os lucros que já não obtêm com a simples exploração do trabalho assalariado. Muitas vezes se lançam a tomar até mesmo as migalhas que pagam de salários aos explorados. Esse é o caso da desapropriação de Guaianazes, em que um burguês aplica um golpe e ainda manda a repressão sobre suas vítimas.

O governo do Estado, que na véspera reprimiu os professores, estudantes e

funcionários, volta à carga com sua tropa de choque, sempre para preservar os interesses dos capitalistas: antes, os parasitas financeiros, que exigem do Estado os cortes nos serviços sociais públicos para garantir o pagamento dos juros; depois, o massacre de centenas de famílias em benefício de um bandido capitalista.

Os trabalhadores têm de se organizar para tomar o poder da burguesia decadente e utilizá-lo para tornar possível a vida dos explorados, ameaçada e destruída a cada dia pela podridão capitalista.

**LIBERDADE IMEDIATA PARA AS
LIDERANÇAS DOS SEM-TERRA PRESAS!!**

Resposta de Covas aos trabalhadores e estudantes em greve

No dia 18, os professores, em greve há 15 dias, iniciavam os preparativos para assembléia, que tinha como eixo a unificação com o funcionalismo, a continuidade da greve e a manifestação conjunta com a saúde, metroviários, universidades e estudantes da Fatec, quando a tropa de choque investiu contra os grevistas.

Covas usou a cavalaria, cachorros, bombas e balas de borracha para dissolver a assembléia, conter as passeatas dos demais setores que se juntariam aos professores e romper o bloqueio da Av. Paulista. Os apelos da burocracia sindical contra a violência do choque não demoveram a intenção governamental de pôr fim à manifestação. O conflito deixou uma centena de feridos.

Os grevistas não se intimidaram com o aparato militar em ação. Resistiram e reorganizaram o movimento para o protesto. As direções sindicais pretendiam conduzir os grevistas para a Assembléia Legislativa. Porém, os manifestantes impuseram a marcha para a Praça da República, onde está o acampamento de professores. O centro de São Paulo parou, com a passeata que cobriu toda Consolação. Sob as bandeiras "Abaixo a repressão", os grevistas bloquearam a Av. Paulista e Consolação por mais de 4 horas. Diante da decisão dos manifestantes, a tropa de choque foi obrigada a recuar, senão teria de ir mais fundo na barbárie.

Por que Covas reprimiu a manifestação?

O governo planejou a repressão aos grevistas. Tenta esconder a ação com o argumento de que a tropa agiu porque os manifestantes não respeitaram o "acordo" de ocupar uma só pista da Paulista. Na verdade, estava tudo organizado para impedir o ato geral do funcionalismo e estudantes, desocupar a Fatec e retirar o acampamento da Praça da República. Ao mesmo tempo que combatia com as armas a manifestação na Paulista e retirava os estudantes que ocupavam o prédio da Fatec.

Covas reprimiu porque está a serviço



da implantação dos planos econômicos de FHC/FMI, que se expressa na manutenção do arrocho salarial, privatização dos serviços públicos, demissão e cortes nos recursos destinados à saúde e educação. O objetivo do governo é não ceder um milímetro em favor dos trabalhadores. Por isso, usa das armas para impedir a generalização dos movimentos. Foi assim com o MST e está sendo assim com o funcionalismo e estudantes em greve.

A política governamental implica na maior concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas e ampliação da miséria para as massas já espoliadas pela superexploração do trabalho. Ao mesmo tempo que corta os recursos da educação, saúde e outros serviços, envia bilhões de reais para o pagamento das dívidas interna e externa. Nem mesmo os poucos recursos previstos por lei são aplicados por Covas na educação. Milhões de reais, que deveriam ser utilizados na educação, foram usados para cobrir a corrupção da TV Cultura, para pagar as empresas de ração etc. Como se vê, o governo protege os capitalistas em detrimento da manutenção da escola e saúde públicas.

As reivindicações dos setores grevistas são irrisórias diante da exploração do trabalho, do brutal arrocho salarial e do desemprego crescentes. Mesmo assim, Covas terá de endurecer ao máximo. Os governadores formam uma única força

para combater todos os movimentos que se chocam contra as diretrizes antinacionais e antipopulares de FHC/FMI.

A violência reacionária de Covas (PSDB) mostra que a política de fome, miséria e de entrega do país aos credores internacionais só pode ser mantida com ação militar. Os grevistas, os sem-terra e os movimentos populares (moradia) têm mostrado o caminho da resistência e de combate à violência do Estado. Não é por acaso que Covas colocou a tropa de choque para contê-los e prender as lideranças, como ocorreu com o MST.

Manifestação dos grevistas em São Bernardo

A festa de inauguração do Banco do Povo foi rechaçada pelos grevistas que cercaram Covas. Sob as bandeiras de Abaixo a repressão, os manifestantes exigiam o direito de greve e manifestação. O governador passou todo o tempo achincalhando os grevistas. Estes impediram os demagógicos discursos de "progressos", "modernização" etc. A festa se transformou num protesto contra as medidas truculentas de Covas.

Cercar o governador por todos os cantos é fundamental para acuá-lo e forçá-lo a atender as reivindicações. Os protestos têm de ser diários. Por onde andar Covas e seus aliados, os grevistas devem enfrentá-los.



A vergonhosa declaração do PSTU

Covas responsabilizou o PSTU pelo choque ocorrido em São Bernardo. Por sua vez, o PSTU desmentiu, dizendo que não organizou o protesto. Dirceu Travesso, da direção nacional do PSTU, disse: "É bem possível que companheiros nossos estivessem por lá". E concluiu que não foi uma ação do partido.

Por que o PSTU tratou de responder que não organizou o protesto? Porque significava admitir que usou o método da ação direta para enfrentar o governador. Atirar o pau da bandeira, ovos etc em Covas não faz parte da política do PSTU. O partido PSTU não preparou o enfrentamento a Covas. Admite ser uma ação isolada de militantes do PSTU e não uma orientação política do partido. Na verdade, o que está por detrás dessa resposta de Travesso é a adaptação do PSTU à democracia burguesa. O PSTU está preocupado em ganhar a simpatia eleitoral de um setor da classe média que se opõe aos métodos mais radicalizados das massas. Por isso, não pode se identificar com ações violentas. O PSTU quer ser um partido mais à esquerda do PT, mas não em choque com a orientação do reformismo, que combate a radicalidade dos trabalhadores em luta.

Há que enfrentar com os métodos radicais e de massa

Não há outro caminho para derrotar Covas senão usando o método da ação direta. A burocracia sindical teme a radi-

calização do movimento grevista. Diante da violência policial/militar sobre os manifestantes, as direções sindicais apelavam para que os trabalhadores não reagissem. Fizeram um acordo com o comandante da tropa e este não cumpriu e, assim, indignavam com a repressão. Chegaram ao absurdo de implorar aos grevistas que sentassem no chão e cantassem o hino nacional, enquanto da tropa atirava bombas e balas de borracha. Sem quase nada nas mãos, os grevistas reagiam jogando cocos, bandeiras e pedras sobre os policiais. Os apelos chorosos dos burocratas não comoveram e a Paulista foi transformada em praça de guerra.

O que fez acuar a tropa foi a reação dos manifestantes que não se acovardaram e nem se comoveram com a conduta da burocracia. A ação das massas, bloqueando a Paulista e enfrentando a tropa de choque, é o caminho para derrotar



Covas e conquistar as reivindicações.

Após os acontecimentos, as direções sindicais pressionaram o PT, através de Suplicy, a forçar uma negociação com o governo. Ao mesmo tempo, procuraram personalidades e entidades da chamada "sociedade civil" (OAB, Igreja) para servirem de mediadores entre a greve e o governo. Temem que o movimento radicalize mais ainda e percam de vez o controle sobre ele. Buscarão a qualquer custo uma saída para o impasse do movimento grevista. Certamente, qualquer aceno de migalha, será motivo suficiente para defender o fim da greve. Os funcionários e estudantes devem se opor a essas trapaças dos burocratas e organizar melhor ainda a ida ao Palácio.

Professores das Universidades rebaixam as reivindicações

Os professores das três universidades estão preparando para apresentar uma contra-proposta ao governo. Inicialmente pediam 25% de reajuste e, agora, falam em 20% (12,5% + 7% já recebidos). A tendência das direções sindicais é essa. Como o governo não cede, os burocratas rebaixam as reivindicações. Dizem que não podem aparecer como "intransigentes". Apóiam-se numa parcela de intelectuais submetidos ao oficialismo.

Ao invés de organizar melhor a mobilização grevista para obrigar o governo a ceder, as direções entram na defensiva, quando as condições para a ofensiva estão dadas. Essa conduta de buscar uma saída para cada setor em greve é própria

das direções burocratizadas. Ao invés de potencializar a unidade grevista para arrancar conquistas para os trabalhadores, já preparam formas de romper a recém unidade do funcionalismo e estudantes.

As assembleias nas universidades devem rechaçar a conduta dessas direções e preparar a mobilização massiva no Palácio.

Fortalecer o acampamento

Os setores grevistas devem incorporar as denúncias contra o governo. Para isso, é fundamental que a saúde, servidores federais, metroviários, condutores e estudantes estejam presentes na Praça República. A defesa do acampamento está na ampliação da greve e nas ações diárias (bloqueios, ocupações) dos manifestantes em luta. A conduta das massas na Paulista indicaram o caminho correto para vencer o governo. Contrariando a burocracia, os manifestantes trancaram a Paulista. A repressão não fez outra coisa senão mostrar que os métodos radicais contra a prepotência do governo é imprescindível se se pretende a vitória.

A marcha para a Praça da República mostrou que o acampamento só tem sentido se for parte da potencialização da ação direta. O acampamento isolado e passivo não tem força como método de luta para levar a greve a vitória. Eis por que a orientação geral do movimento deve ser o de manifestação de massa, bloqueios e ocupações.

Professores do Paraná entram em greve

Os professores do Paraná reivindicam reajuste salarial. O governo, através da Secretária da Educação Alcyone Saliba, responderam que não é possível nenhum reajuste. Justificam que o reajuste salarial é impedido pela Lei Camata, que restringe os gastos em salários em 60% das receitas líquidas.

Os governadores impõem a política de arrocho salarial, parte dos planos antinacionais e antipopulares de FHC, amparados na Lei Camata. Essa mesma lei serviu para demitir, nesse ano, milhares de funcionários públicos em Rondônia. Ou seja, quando a folha de salário ultrapassar o limite, o governador fica autorizado a demitir. Portanto, a Lei Camata serve para manter o arrocho e demitir.



Cem mil na porta do Palácio para obrigar o governo a atender as reivindicações

O funcionalismo, estudantes e metroviários decidiram pela manifestação no Palácio. Uma parcela mais conservadora da classe está temerosa diante dos acontecimentos da Paulista. Há que convencê-la da necessidade de enfrentar o governo. Qualquer vacilação da burocracia sindical em organizar a ida ao Palácio pode pôr tudo a perder.

O ato no Palácio deve se transformar na primeira grande assembleia unificada dos setores grevistas. A aprovação do comando unitário, eleito na assembleia,

é fundamental para potencializar as ações comuns, impedir que direções sindicais venham estabelecer negociações à parte e não deixar romper a unidade grevista.

Voltar a Paulista deve ser nossa proposta

Covas disse que não permitirá manifestações na Paulista. Os grevistas só querem que o governo atenda as reivindicações. Se esse não está disposto a ceder, não serão os grevistas a se acovardarem.

A cada descaso do governo com a greve e a cada repressão desfechada, os grevistas deverão ampliar a mobilização e a radicalidade da luta. Só assim o governo cederá.

Isto é, dois elementos fundamentais da reforma neoliberal.

A greve dos professores do Paraná se choca contra a essência da diretriz neoliberal. O governador responderá com a violência reacionária, caso o movimento ganhe força de massa. Da mesma forma que Covas, Lerner (PFL) será inflexível no atendimento das reivindicações. Só a ação de massa dos grevistas poderá romper com truculência de Lerner.

Como se vê, em vários Estados, os professores foram à greve para impedir a destruição do ensino público e combater o arrocho salarial. Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e outros Estados já fizeram greve nesse ano. O que faltou foi a

unificação desses movimentos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ficou ausente. Ou seja, não trabalhou pela unidade grevista. As greves isoladas, por Estado, foram sendo golpeadas pelo governo uma a uma.

É preciso que as direções sindicais estaduais e nacionais rompam com o divisionismo e se lancem num só movimento contra a reforma educacional do governo, que objetiva a privatização, e as péssimas condições de trabalho e salário. Os efeitos dessa reforma são os mesmos por todos os cantos do país. Daí a importância de uma Central, que de fato unifique os movimentos para impor a derrota do governo. Se não for para isso, para que serve a CNTE?

Para onde vai a greve nas universidades paulistas?

A atual greve das universidades paulistas atinge um mês em seu ponto mais forte. O descontentamento é tão grande que atinge até mesmo uma parcela da burocracia universitária. Basta ver que várias Congregações da USP aprovaram a greve e a moção pela concessão do reajuste ganhou 67 assinaturas (a maioria) no Conselho Universitário. Mas a intransigência em negociar não está nos reitores, e sim no governo Covas, que tem aplicado a linha do congelamento salarial e intransigência contra todo o funcionalismo. Covas sabe que a concessão de reajuste quebra um dos pontos do plano neoliberal de FHC/FMI e favorece eleitoralmente seus adversários, que dirigem os sindicatos. Por isso, aplicará a repressão para conter os grevistas e tentar impor-lhes a derrota. A repressão é parte da política de destruição dos serviços sociais públicos, que só pode ser aplicada em contradição com as aspirações populares: com a destruição da saúde, educação, demissão de funcionários e professores, congelamento salarial etc. Medidas antipopulares que têm de se apoiar na força repressiva da polícia contra os movimentos.

Mas o maior problema do movimento não está na intransigência de Covas. A divisão que é imposta pelas direções burocráticas e reformistas é o que impede a unificação capaz de dar a força necessária para vencer a intransigência governamental. Essas direções pregam a possibilidade de combater a política de FHC/Covas pacificamente, com pressões limitadas, lobbies parlamentares e negociações de cúpula. Separam as pautas das categorias para tornar possível o recuo dos movimentos diante de migalhas oferecidas nos gabinetes de negociação. Assim, podem preservar o controle burocrático dos aparelhos a serem utilizados, com os "frutos" das negociações, nas futuras campanhas eleitorais.

É o que vemos no caso das universidades: há um mês os estudantes e funcionários da USP reivindicam a unificação das pautas numa plataforma unificada da comunidade universitária, a efetivação de uma assembléia unitária e a formação de um comando unitário para

negociar e encaminhar a luta. A direção da Adusp tem se negado a ir além da reivindicação salarial, que de início já tinha sido rebaixada de 32% para 25%, de modo a caber no atual orçamento das universidades, ditado pelos acordos com os organismos do imperialismo. Assim, não poderia abraçar a pauta unificada, que implicaria numa luta mais dura contra o governo, pelo aumento das verbas. Resultado de sua política, chamada de "tática": dividiu o movimento, e agora, depois da ocupação da reitoria pelos estudantes, há duas pautas com o reitor, duas negociações em separado, e uma pauta é jogada contra a outra, inclusive pelos próprios dirigentes do sindicato docente: o presidente da Adusp chegou a afirmar que a nova redução da reivindicação, de 25% para 20%, favoreceria o reitor a atender as demandas dos estudantes. Se essa direção quer recuar as reivindicações (o que é errado sempre) justamente no momento em que a greve está mais forte, que assumam a responsabilidade, e não fiquem jogando a culpa nos estudantes, que imploram a unidade há um mês.

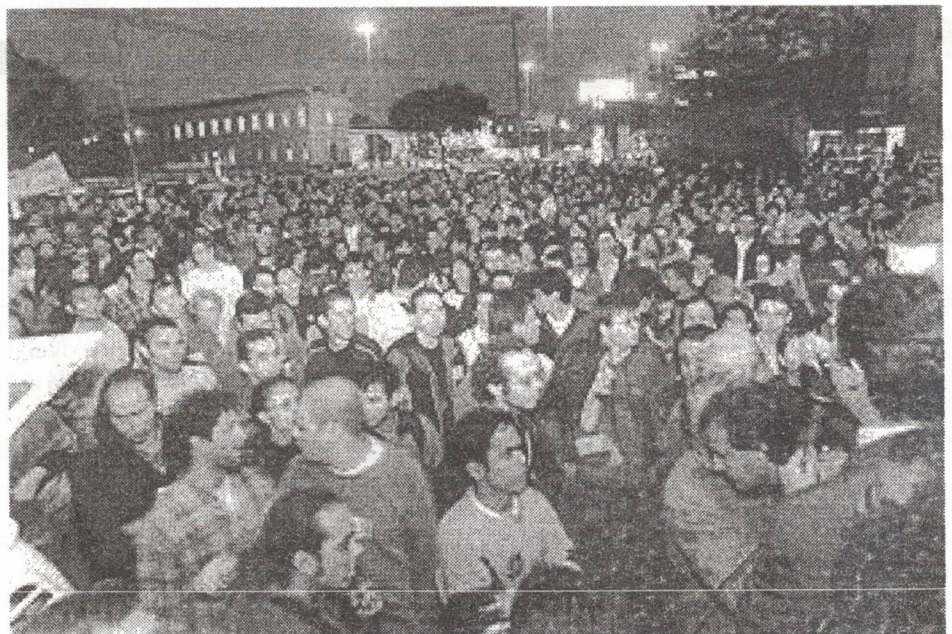
Estudantes aceitam "agenda" de negociação

Os representantes da USP no coman-

do estadual de greve dos estudantes negociaram com o reitor uma agenda de discussão sobre a pauta estudantil. O problema é que essa agenda se estende por duas semanas. Ou, como disseram após a reunião com o reitor, "mesmo que a greve acabe", "mesmo depois da greve" se continuará a negociação. Ora, e com que força se reivindicará, sem a mobilização da greve? Esse é o caminho para desviar os estudantes do caminho da luta direta para o dos gabinetes de negociação interminável. O que julgam ser possível? Convencer com argumentos o reitor de que as reivindicações são justas? Engano.

As reivindicações serão atendidas de acordo com a força da greve estudantil. O primeiro ponto da pauta unificada apresentada pelos estudantes é o reajuste salarial dos professores e funcionários. Onde foi parar essa reivindicação? Por que não é o primeiro ponto de discussão? por que não se exige a presença da Adusp e Sintusp nas negociações?

A Corrente Proletária na Educação insiste: o caminho da vitória é o da assembléia geral universitária (unificada), com a aprovação da pauta unificada, comando unitário e aprovação do método das ocupações de ruas e prédios para obrigar o governo a ceder, e assim derrotar Covas e Marcovitch.



A Fatec foi desocupada pela tropa de choque no mesmo dia da repressão na Paulista. No dia seguinte, houve um ato público de protesto contra a repressão e em defesa da luta dos estudantes da Fatec.

Afuse:

Diretoria é incapaz de lutar por salário

No dia 18/05 houve uma reunião do Conselho Estadual dos Funcionários da Educação. Foram discutidos três pontos:

a) Participação no CECUT. Neste ponto não houve nenhum tipo de discussão, foi uma farsa para o representante da CUT ver, pois as cédulas já estavam preenchidas antes do debate (a Articulação Sindical já tem seus votos de cabresto, são os delegados da AFUSE).

b) Acordo com a Secretaria da Educação sobre o Plano de Carreira, neste ponto a diretoria faz uma defesa do famigerado acordo como se tivéssemos obtido uma vitória grandiosa e não tem nenhuma vergonha na cara de estar submetida ao governo. Vejamos agora os pontos acordados:

1) Nada foi assinado, só são promessas

2) A Secretária exigiu que o Quadro do QSE (Quadro de Servidor Estadual) não fosse incluído no Plano de Carreira

3) "Conquistas", segundo a diretoria: as incorporações de três gratificações, que estas incorporações seriam um "ganho real", porém sem nenhum reajuste salarial, não modifica nada daquilo que ganhamos no final do mês.

A incorporação das gratificações no salário base é uma reivindicação da classe, justa, porém, esta tem que estar combinada com um aumento do salário real, que hoje deveria ter o valor de R\$ 1900,00. Isto não ocorreu no acordo com a secretaria, mas o governo apenas fez um ajuste em relação ao mínimo de fome dado pelo governo FHC.

3)Junção dos cargos Inspetor de Alunos/Oficial de Escola, transformando-os

em um. Com isto a Secretaria da Educação diminui o módulo

5) O restante são coisas que nada significam para melhorar nossos salários e nossos empregos.

A Atuação da Diretoria da AFUSE

A diretoria da Afuse, nestes 6 anos, procurou manter a luta dos trabalhadores sempre nos marcos do parlamento burguês ou da justiça, também burguesa, rebaixou todas as reivindicações, começando pelo piso salarial, sempre buscando aquilo que o governo pudesse pagar, acabou convencendo os funcionários utilizando o argumento religioso de que "pouco com Deus é bastante" e cantou vitória quando o governo instituiu o abono de R\$80,00, de lá para cá nunca mais se falou em piso salarial, mesmo que rebaixado. A luta contra a municipalização, a terceirização etc. nem se cogitou e, no final de 96 quando não se tinha mais o que rebaixar, formulou um "Plano de Carreira" que ajudava em grande parte o governo (bastando estudar com atenção, era como se o próprio governo montasse). Mesmo assim, o governo Covas não tomou conhecimento. A diretoria se viu obrigada a mobilizar a categoria, chamou atos, fez aerogramas, convidou deputados, soltou balões, chorou e choramingou e o governo não os atendeu. A diretoria foi obrigada então a convocar as Assembléias Gerais, fez isto forçada. Convocou no final de novembro de 1999, algumas semanas antes do recesso escolar.

A Assembléia decidiu que, diante do pouco tempo de aulas, seria melhor convocar outra para fevereiro. Porém a diretoria não acatou a decisão, e não convocou a Assembléia. Por fim passou a se reunir com a cúpula das entidades do setor de educação para elaborar uma campanha salarial unificada.

A classe, que já vinha com grande descontentamento, começou a se mobilizar. Nas reuniões convocadas, a diretoria procurava dizer que nossa principal reivindicação deveria ser o Plano de Carreira e que a reivindicação dos cinco mínimos ficaria em segundo plano. Já tinha o intuito de ludibriar e evitar uma mobilização unificada dos trabalhadores da educação. A traição não demorou. Aceitou a proposta de migalhas da Secretária e saiu da Campanha Salarial.

Qual a nossa tarefa agora?

A experiência tem demonstrado que a incapacidade desta direção em lutar por salários e contra as reformas do governo se transformou em traição, e que não defenderá as reivindicações da categoria, mas sempre estará procurando um caminho mais curto, nem que para isto tenha que enganar com acordos espúrios e de fome.

É necessário que nossa categoria levante suas reivindicações, que construa uma direção de luta, sob o programa de independência de classe, e que tenha como método a ação direta para combater e arrancar as reivindicações.

MOSSORÓ-RN

Professor da Democracia Socialista (PT) oprime estudante universitário

O professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte(UERN), militante da Democracia Socialista (PT), está oprimindo estudantes do curso de Pedagogia ao não respeitar suas opções religiosas. Por serem adventistas, os estudantes estão impossibilitados de assistirem as aulas do professor que ocorrem na noite de sexta-feira. Estão ameaçados de serem reprovados.

Considerando as normas de jubramento atual - o estudante que

for reprovado três vezes em uma mesma matéria vai para fora da UERN, além de terem um período máximo para concluir o curso - este professor está agindo como auxiliar da burguesia neoliberal que tenta distanciar os trabalhadores da formação de um curso de ensino superior.

O Partido Operário Revolucionário (POR) é contrário a toda e qualquer ingerência da religião no ensino. A educação deve ser exclusivamente científica. No entanto, o problema aqui

não se refere ao ensino mas a liberdade de religião. Esta deve ser garantida não só nas universidades mas em toda a sociedade. Algo que não existe sob o regime de exploração capitalista do trabalho.

Os estudantes universitários de pedagogia só garantirão a liberdade de credo se basearem a sua luta através do Centro Acadêmico sobre a base do método da ação direta. Toda negociação e discussão com os professores devem estar sob esta ótica.

MOSSORÓ-RN

VENCE EM PEDAGOGIA A CHAPA MOBILIZAÇÃO E LUTA

A chapa apoiada pela Corrente Proletária na Educação venceu as eleições para a direção do Centro Acadêmico de Pedagogia.

CHAPAS	VOTOS
MOBILIZAÇÃO E LUTA um estudante do PSTU e "independentes"	190
CONSCIÊNCIA E AÇÃO um estudante do PT e "independentes"	124
NULOS	07
BRANCOS	13
TOTAL	334

A Chapa Mobilização e Luta defendeu a soberania das assembleias universitárias com voto igual entre os três segmentos, uma administração da universidade tripartite (com maioria estudantil), o fim dos vestibulares, posicionou-se contra o jubileamento e defendeu uma educação vinculada a produção social dentre outras propostas para a educação universitária.

Mas entendem que estas propostas só são possíveis de implementar se organizarem a luta contra o Plano do governo estadual (PMDB) aliado ao federal (PSDB) de sucateamento e

mercantilização do ensino (privatização). Por isto que defenderam a aliança operária-estudantil e o governo operário-camponês saído não das eleições mas da ação direta de massas dos trabalhadores, ou seja, a destruição do capitalismo, a revolução social.

O curioso da chapa Mobilização e Luta foi a defesa do governo operário-camponês pela estudante do PSTU. Apesar de defender outra forma de governo, os membros do PSTU calaram-se diante da proposta por puro oportunismo: não polemizaram para manter a possibilidade de ter um membro no Centro Acadêmico - política aparelhista. Isto comprova a falta de princípios deste Partido que trabalha com a troca constante de seu objetivo estratégico.

Mesmo não possuindo militantes na Chapa, a Corrente Proletária apoiou Mobilização e Luta por: 1º ter sido fruto das discussões ocorridas do chamamento que a CP fez no curso de Pedagogia e os estudantes responderam positivamente em grande número; 2º e o mais importante, por que defende a estratégia da revolução social espelhada na defesa do governo operário-camponês, enfim, o programa revolucionário para as universidades.

O ESTADO E A REVOLUÇÃO (PARTE 06)

O ESTADO PARLAMENTAR É INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO PELO CAPITAL

No final do último artigo deixamos para ser estudada uma passagem citada por Lênin de "A origem da família, da propriedade privada e do estado", de Engels:

"O moderno estado parlamentar é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital".

Em seguida, Lênin cita uma nova passagem:

"Na república democrática - prossegue Engels - a riqueza exerce o seu poder indiretamente, mas com tanto mais segurança, a saber, em primeiro lugar, por meio da corrupção direta dos funcionários (América), em segundo lugar, por meio da aliança de governo e bolsa (França e América)"

Cultivava-se, e ainda cultiva-se na atualidade, a ilusão de que o Estado de-

mocrático, ao contrário das formações históricas anteriores, possibilita a participação de todas as classes sociais nas decisões. A democracia universal, roupagem do moderno estado parlamentar, é a última etapa do desenvolvimento das contradições históricas do estado. O regime capitalista, por ser o que desenvolve até o último extremo os antagonismos de classe, é o que mais necessita manter o poder econômico nas mãos da burguesia e, portanto, garantir a dominação política. E a dominação política, no estado democrático, se dá através da crença de que o poder do estado, por ser exercido por homens eleitos pelo voto universal, é uma instituição que está acima das classes e com nenhuma delas está comprometido. A passagem de Engels esclarece como na essência se caracteriza o estado democrático: a riqueza, ou seja, os que estão de posse dela - os latifundiários, financistas e capitalistas - exercem o poder indiretamente. Indiretamente

porque não se trata de inserir diretamente no aparelho do Estado os proprietários dos meios de produção, mas homens que, não sendo os próprios, defendem a ferro e a fogo os seus interesses. Se o poder não é exercido diretamente, como afirma Engels, nestas condições, é "tanto mais seguro". Lênin, ao analisar esta passagem, afirma que:

"A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado deste invólucro, que é o melhor, alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que nenhuma substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa, abala este poder"

De fato, o poder da burguesia, através dos instrumentos democráticos, se torna inabalável. Mas, por quê?

Engels, na passagem já citada, responde: “*Em primeiro lugar através da corrupção direta dos funcionários*”. Nas condições de um regime democrático, a queda de um ministro ou de um alto funcionário não abala o poder econômico da burguesia. Uma vez depostos, são substituídos e, o preço de um funcionário, por mais alto que este seja, pode ser pago por aqueles que detêm toda a produção social. O fundamental é que a posse do aparelho do Estado está condicionada à defesa de seus interesses. Disto se entende porque a corrupção é um traço orgânico do capitalismo: sem ela não é possível submeter os homens que ocupam os cargos na hierarquia do Estado aos interesses dos capitalistas. Lênin cita o exemplo do ministro russo da guerra, que, depois de ter sido deposto por aplicar uma política que beneficiou os empresários da indústria bélica na guerra imperialista de 1914/17, conseguiu ocupar um alto cargo em uma destas empresas. Em seu lugar foi nomeado um outro ministro que manteve a mesma política. Em síntese, na república democrática, o exercício indireto do poder pelos capitalistas é exercido através da influência direta que estes têm sobre os funcionários do Estado.

O segundo fator que assegura no regime democrático burguês a posse do poder político aos capitalistas é a “*aliança de governo e bolsa*”. Na época em que Engels formulou a passagem acima citada o capitalismo não tinha ainda terminado sua transição ao imperialismo. Apesar disto, o grande revolucionário pôde antecipar o futuro analisando as tendências então presentes. Na fase imperialista é o capital financeiro internacional que passa a deter os meios da produção social. Os bancos, como representantes destas oligarquias financeiras, acabam se tornando apêndices do Estado. E os estados capitalistas imperialistas apresentam-se quase que fundidos a estas instituições financeiras internacionais. Empréstam e contraem dívidas, aumentam ou diminuem as barreiras protecionistas, aplicam uma ou outra política de juros, compram ações ou moedas, sempre levando em conta os interesses dos elos mais fortes das oligarquias financeiras. A bolsa de valores acaba expressando uma mescla da atuação das forças anárquicas dos diversos grupos da oligarquia financeira internacional que disputam o mercado mundial, cada qual atuando em

benefício próprio, e do intervencionismo estatal. Em nome de toda a sociedade, o estado age sempre em benefício do capital financeiro internacional. Nestas condições, não é possível tirar o poder político das mãos da burguesia, por mais “democrático” que seja o Estado, sem expropriar as oligarquias financeiras. E a expropriação das oligarquias é um ato de força somente viável através da revolução proletária. Lênin mais adiante afirmará que “*o estado mais democrático do mundo não passa da ditadura de classe da burguesia*”.

Como vimos anteriormente, a dominação econômica da burguesia tem que ser garantida através da posse do poder político. E o estado parlamentar é o melhor dos instrumentos de exercício da ditadura de classe da burguesia contra a classe operária e a maioria oprimidas. Resta ainda entender como o sufrágio universal é utilizado pela burguesia, em conjunto com os democratas pequeno burgueses e democratas radicais esquerdistas, para ludibriar a classe operária sobre um suposto valor universal da democracia. Isto analisaremos no próximo capítulo.

O Partido e sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guilherme Lora iniciado no Massas n.º 160

Como funciona a célula. A Capacitação

O coordenador da célula, ao apresentar reunião após reunião um resumo dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, dos problemas do Partido e dos artigos fundamentais do jornal, está contribuindo para elevar politicamente a militância, processo que se fortalece com as discussões internas. Mas para que a politização se eleve a níveis superiores é necessário uma capacitação adequada, que os militantes manejem devidamente o método marxista, o que certamente é uma aprendizagem para a qual o Partido deve oferecer material abundante. O estudo coletivo (no seio da célula) tem enormes vantagens para conseguir um rápido avanço, pois permite a mútua comunicação dos conhecimentos e experiências dos militantes, este estudo coletivo deve complementar-se com a auto educação, com as leituras individuais.

O itinerário do início da capacitação teórica pode ser o seguinte: elementos da teoria marxista (no tema dialética, mais do que memorizar suas leis, deve procurar ensinar aos camaradas a pensar e analisar dialeticamente os fenômenos), estudo do “Manifesto Comunista”, de “Princípios do Marxismo”, do “Anti-Duhring”, da revolução permanente, fazer uma análise minuciosa do programa do Partido, do “Programa de Transição” da Quarta Internacional, algo sobre a história social do país, e sobre a trajetória e programas dos partidos políticos, questões de organização, linhas gerais da história do POR e do trotskismo internacional. Isto para as etapas iniciais, após se estudarão temas especiais.

Na célula se selecionarão os militantes melhor dotados em tarefas organizativas para o cumprimento de funções de quadros médios, que constituem o verdadeiro esqueleto partidário e que sejam ligados com a direção superior e os coor-

denadores das células. Não poderia existir um verdadeiro trabalho do Partido sem a existência dos quadros médios; a célula tem entre outras, a tarefa de selecioná-los e de começar a formá-los. A estes elementos se darão uma educação especial e superior no menor tempo possível, preparando-os assim para que assistam as escolas de quadros, onde em cada curso se discutam atentamente um ou dois temas. Os quadros médios estão submetidos a uma disciplina extremamente severa, pois na medida em que os militantes são mais antigos ou que cheguem a cargos de direção, devem servir de exemplo para o resto da militância (este exemplo também é uma forma de educação), devem chegar às reuniões com alguns minutos de antecipação e cumprir as tarefas da forma mais perfeita possível.

Junto com a capacitação e sob o controle das instâncias superiores de direção se dará à militância o ensinamento sobre o trabalho conspirativo.

Fidel Castro faz apologia do inimigo da revolução

A entrega do menino Elián González ao seu pai foi uma novela. Mas no seu enredo transparecia a campanha imperialista contra Cuba. Decidimos não escrever nada sobre esse pastiche, até que Fidel Castro fizesse elogio à conduta do governo norte-americano e de sua Justiça.

Os ricos cubanos que vivem nos Estados Unidos sempre serviram às pressões imperialistas contra a revolução cubana, confundida com as posições da burocracia castrista, copiada da burocracia estalinista soviética e adaptada às condições

de Cuba. Pois bem, essa rebotalha investiu contra a entrega da criança ao seu pai, num claro ato de seqüestro.

Evidentemente, nas atuais condições políticas e de restauração capitalista levada a cabo pela abertura de Castro, não era de interesse da Casa Branca manter o seqüestro. Depois de muitos episódios, a novela chegou ao fim com a polícia resgatando o menino e o governo entregando-o ao pai.

Eis então o que diz Fidel Castro: "Compartilhamos esse êxito com o pre-

sidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, cuja atitude influiu muito. Foi bastante firme. Compartilhamos também o grande esforço e o grande papel representado pela opinião pública americana". (O Estado de São Paulo). Está aí o elogio ao inimigo da revolução.

A novela teve um "final feliz". Fidel congratula a bondade do imperialismo. O que mais deseja o chefe de Cuba é aproximar-se dos Estados Unidos. Para isso, vem adaptando a economia ao capitalismo, na mesma trajetória chinesa.

Argentina

Manifesto do POR contra a reforma trabalhista

O governo argentino, recém eleito como oposição a Menem, fez aprovar no Congresso seu projeto de flexibilização do trabalho, que facilitará as demissões em massa e aliviará os capitalistas das indenizações. Acompanha essa lei uma restrição aos sindicatos e as Centrais, retirando-lhes o poder de representação coletiva. Frente a esse ataque e à situação de desemprego crescente, têm havido constantes manifestações, às quais os governo combate com rigor policial.

O mesmo caminho está sendo trilhado pelo governo FHC, que pôs em tramitação no Congresso a eliminação de conquistas sociais elementares constantes no ponto 7 da Constituição.

Publicamos abaixo o manifesto do Partido Operário Revolucionário argentino, distribuído no 1 de Maio, cujo conteúdo permite uma orientação revolucionária contra a ofensiva da barbárie capitalista.

Derrotar a reforma trabalhista do FMI votada pela Aliança, o PJ e apoiada pela CGT de Daer

Uma reforma escravista

O capitalismo em crise não pode resolver o drama do desemprego de milhões de trabalhadores e ataca a fundo as condições de trabalho, querendo retrocedê-las um século atrás. Isso não é sinal de progresso e modernidade, mas de atraso e barbárie.

Os capitalistas estavam em festa, pois haviam conseguido uma Lei que avançava mais sobre os trabalhadores.

A reforma trabalhista estabelece um regime em que os contratos por empresa ou por região prevaleçam sobre os contratos nacionais. Isso objetiva a enfraquecer a força dos trabalhadores, para que não atuem como um bloco frente aos patrões.

Os patrões aspiram negociar em âm-

bito menor, a empresa, e amanhã procurarão levá-la a outro menor, contratos por departamento ou por turno ou por seção para logo chegar a que a patronal negocie trabalhador por trabalhador, sem nenhum marco coletivo. Finalmente, estarão generalizando a remuneração de acordo com a produtividade de cada trabalhador, remuneração por empreitada ou por peça.

Ao reduzir o âmbito dos contratos, pretendem acabar com o peso do sindicato nacional ou regional, que faz a reivindicação de conjunto dos trabalhadores de um ramo, suas condições de trabalho e salário.

Enquanto cresce a centralização monopolista por parte dos grandes capitais, em cada ramo da produção, comércio, transporte etc, quando poderosas multi-



nacionais monopolizaram meios de produção de diversos ramos, é mais do que nunca necessário a unidade e a centralização das lutas dos trabalhadores. A Lei procura reduzir ao mínimo a possibilidade de ação conjunta dos trabalhadores.

O governo argumenta que com esta lei se criará mais emprego. Mentira. A maior flexibilização do trabalho, que se impôs nos últimos anos, longe de atenuar o desemprego, o agravou. A ampliação dos "períodos de experiência" legitima a aspiração patronal de contar com um instrumento legal para impor a rotatividade do trabalhador, eliminando a estabilidade trabalhista, para continuar pagando miseráveis salários, aplicar condições de trabalho escravistas e impedir a organização dos trabalhadores.

O Fundo Monetário, os grandes capitalistas, impuseram esta Lei tal como aplicou o Governo. Não queriam que se fizessem modificações de fundo no Congresso. Deram claras instruções para que saísse assim. Opinavam que se introduzissem reformas em seu "coração" era melhor que não saísse.

O Governo da Aliança, que se apresentava como "transparente" e "anticorrupção" negociou com os senadores justicialistas o apoio a Lei de Reforma com 160 milhões de pesos nos Projetos Trabalhar, que seus governadores administrarão. As negociações foram feitas nos bastidores, nas reuniões secretas, à margem do debate parlamentar. A lei chegou pronta para sua aprovação. As negociações foram secretas para os trabalhadores, para os meios de comunicação, somente os representantes das Câmaras patronais, do FMI, com os delegados das bancadas, seguiram passo a passo a negociação. Esta é a democracia que exaltam!

Querem aproveitar a oportunidade para ir mais a fundo contra os trabalhadores.

Os grandes capitalistas querem aproveitar-se desse momento de debilidade dos trabalhadores, em que a maioria impôs todo tipo de condições flexíveis, para generalizá-las ao restante. Nivelam por baixo as condições de trabalho.

O drama do desemprego que afeta 3 milhões de trabalhadores pressiona sobre os que estão empregados, que, temerosos de perder seu trabalho, aceitam condições cada vez piores.

Depois de ratificar a Lei de reforma-flexibilização, o Ministério do Trabalho convocará as discussões paritárias com o objetivo de eliminar a "ultraatividade" dos contratos vigentes desde há muitos anos. Um dos objetivos mais importantes da lei é criar as condições legais para arrancar boa parte das conquistas que ainda se mantêm nos contratos.

Ficou demonstrada a inutilidade de pressionar os legisladores para que não aprovem a Lei. O Congresso está a serviço dos interesses dos capitalistas e não há que esperar que eles façam uma Lei a serviço dos trabalhadores.

A derrota da flexibilização-escravização somente se conseguirá através do combate dos trabalhadores, empregados e desempregados, nunca pela ação dos legisladores patronais.

À ofensiva lançada para terminar com os "velhos contratos", devemos respondê-la com assembléias em cada lugar de trabalho, debatendo e resolvendo quais são as condições que exigimos e com que plano de luta as imporemos.

As conquistas trabalhistas foram obtidas com anos e anos de duríssimas lutas contra patrões e governos, com grandes greves e mobilizações. Somente podemos defendê-las com as mesmas condições. A força se consegue com a participação e decisão coletivas, desde as bases, aplicando nossos próprios métodos de ação. O diálogo, o consenso, a negociação por cima com as Câmaras patronais ou com as cúpulas das empresas são o caminho para a derrota de nossas reivindicações.

Não devemos aceitar a eliminação de nenhuma conquista que implica em avançar sobre as nossas condições.

A política dos capitalistas e seus governos reflete com precisão a magnitude do capitalismo em decomposição. Não só não podem assegurar as condições de vida e trabalho, que havíamos conseguido há 2 ou 3 décadas, como procuram eliminá-las para retroceder um século e meio.

Esses são os sinais da barbárie que está se implantando. A sobrevivência do capitalismo só assegura mais miséria, mais exploração, maior degradação moral e material dos trabalhadores.

O caminho é impulsionar a ação direta das bases para impedir novos desempregados e ataques e para impor nossas reivindicações. O Governo já deu provas

de estar disposto a reprimir selvagemmente toda luta radicalizada dos trabalhadores, portanto, conseqüentemente, devemos nos organizar.

Moyano convocou uma greve da CGT para o dia 5, contra a reforma. Devemos aproveitar a greve para impulsionar o debate, a organização e a mobilização, assinalando que as greves isoladas, como as que foram convocadas por Ubaldini, servem muito pouco. É preciso generalizar a luta para preparar as condições para uma verdadeira greve geral, com bloqueios de ruas, estradas, ocupações, se queremos derrotar a política antioperária e antinacional desse governo.

Está em jogo a defesa de nossas conquistas e, em última instância, também está em jogo nosso questionamento à burguesia como classe que não garante nem pão nem trabalho para seus escravos.

Esse 1º de Maio repetimos: não há saídas dentro do capitalismo, não há possibilidades de reformá-lo, temos de pôr fim a ele, lutar por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), que exproprie os meios de produção em mãos dos grandes capitalistas para poder começar a construção de uma nova sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados, como parte da revolução socialista, que será mundial.

Nesse 1º de Maio nos solidarizamos com todos os trabalhadores que em todo mundo lutam contra o imperialismo e a exploração capitalista e especialmente com nossos irmãos bolivianos, que estão protagonizando um levante revolucionário contra o regime pró-imperialista do fascista Banzer e, particularmente, com nosso partido irmão o POR, que vem intervindo desde há muito tempo com as bandeiras que hoje levantam as massas e que luta por converter seu programa em força física dirigente, para que o processo revolucionário não seja apropriado das massas.

Nesse 1º de Maio repetimos:

Viva a ditadura do proletariado!

Viva o comunismo!

Viva a IV Internacional!

(Extraído do Jornal Massas nº 147 do Partido Operário Revolucionário da Argentina, membro do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional)

Bolívia

Continuam os Movimentos de Protestos em todo o País

Enganou-se quem pensara que a luta do povo boliviano se acabaria com a decretação do Estado de Sítio. As massas bolivianas, encarnando o programa trotskista, fizeram o governo retroceder e continuam as lutas em todos os pontos do país.

Marcha de estudantes, pais e docentes de El Alto vai até La Paz

A marcha, ocorrida sexta-feira, dia 19 de maio, foi uma manifestação contra a quebra da educação pública e pela criação imediata de uma universidade autônoma em El Alto, e verbas para seu funcionamento.

Chegando a La Paz, os manifestantes althenos bloquearam a Av. Perez Velasco. E foram até a Praça Murillo (local das sedes dos principais órgãos governamentais), onde estava se realizando uma reunião do Gabinete.

O protesto foi reprimido pela polícia, sendo presos cerca de 20 estudantes e outro ferido.

Os manifestantes conclamaram a continuar o movimento enquanto não conseguirem seus objetivos. Planejam voltar a La Paz na Terça, 23, num ato de repúdio contra a repressão

Chapare Continua a Luta Contra a Destruição dos Cocales

No Sábado, 20 de maio, foi realizada uma Assembléia com cerca de 15 mil cocaleros das 6 federações de produtores de coca das regiões de Centrales Unidas, Chimoré, Carrasco, Yungas del Chapare, Mamoré e Trópico se reunirão na cidade Sinahota, distante a 175 quilômetros de Cochabamba. Nesta reunião se aprovou um plano de luta estratégico contra a eliminação dos cocales com a formação de grupos de autodefesa.

Ao mesmo tempo, cerca de *Cocaleiros estão em luta.*



Novamente, as ruas de La Paz são ocupadas mil militares da UMOPAR (Unidade Móvel de Patrulha Rural, polícia treinada pelo DEA norteamericano para eliminar os cocales) estavam na região para observar o movimento

Pequenos Comerciantes Param em todo País

Cerca de 20 mil pessoas marcharam em La Paz, na segunda, dia 22, protestando contra as reformas tributárias impostas aos pequenos comerciantes. O mesmo aconteceu em várias cidades do país.

A COB organizou neste dia um ato contra o aumento dos combustíveis onde participaram trabalhadores da saúde, trabalhadores nas universidades, operários, camponeses, e professores

Magistério de La Paz Protesta contra a Sentença de Prisão de Vilma Plata

O magistério pacenho organizou na terça dia 23, um grande ato contra o fechamento das escolas noturnas e a sentença de prisão de um ano de sua dirigente (e do POR boliviano) Vilma Plata.

A dimensão destes movimentos, que se transformam em luta política contra o governo, demonstram que a tese porista da situação revolucionária na Bolívia se confirma cabalmente. E que a cada dia que passa o POR se coloca cada vez mais como direção física das massas, elemento essencial para que ocorra a Revolução Proletária em nossa vizinha nação.

